



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2388 Quarta-feira 22 de Dezembro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 6.550, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a firmar termo de acordo de parcelamento de débitos correspondentes a valores relativos a parte patronal e seus respectivos acréscimos legais a serem repassados ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis/MT - IMPRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento de débitos correspondentes a valores relativos a parte patronal e seus respectivos acréscimos legais a serem repassados ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis/MT - IMPRO.

Art. 2º O débito a que se refere o artigo anterior corresponde ao montante da contribuição patronal do período de setembro a dezembro e do 13º salário do exercício 2010, atualizada pelo IPCA, acrescido de juros simples de 6% (seis por cento) ao ano, mais 1% (um por cento) ao mês não cumulativo, até a data da assinatura do respectivo Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida.

Art. 3º As parcelas vincendas serão atualizadas pelo IPCA acrescido de juros legais de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Art. 4º Serão aplicados às parcelas não pagas na data do vencimento juros moratórios na forma do art. 58 da Lei 4.614/2005.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 20 de dezembro de 2010, 95ª da Fundação e 57ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 6.081, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o valor de R\$ 1.324.389,64 (Um milhão trezentos e vinte quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei Nº 6.433 de 29/07/2010...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no exercício financeiro vigente CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.324.389,64 (Um milhão trezentos e vinte quatro mil trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) para reforços das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.2140.1028.028 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. R\$ 23.000,00

08.244.2150.1552.552 – Reforma e Ampliação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/São José

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. R\$ 34.607,74

44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações. R\$ 15.869,65

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.2235.2193.193 – Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade

33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. R\$ 1.156.800,00

16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

13.392.2280.2133.133 – Manutenção Das Atividades da Cultura

33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F. R\$ 1.000,00

19 – Secretaria Municipal de Meio-Ambiente

18.541.2375.2381.381 – Manutenção dos Eco-Pontos

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. R\$ 93.112,25

TOTAL R\$ 1.324.389,64

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da ANULAÇÃO PARCIAL das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**13 – Fundo Municipal de Assistência Social**

08.244.2150.2078.078 – Programa Emergencial

33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	13.000,00

08.243.2140.2086.086 – Manutenção do Programa de Ações

Sócio-Educativas de Apoio Às Famílias – ASEF

44.90.52.00.00 – 601 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	50.477,39
--	-----	-----------

14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2225.1498.498 – Construção Núcleo de Atenção À Saúde

da Família - NASF

44.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	R\$	11.000,00
---	-----	-----------

10.301.2235.1499.499 – Construção e Implantação Unidade de

Pronto Atendimento (Adulto e Pediátrico) – UPA

44.90.51.00.00 – 701 – Obras e Instalações.....	R\$	290.000,00
---	-----	------------

10.302.2235.1501.501 – Ampliação da Cobertura Hospitalar e

Internações no Município

44.90.51.00.00 – 202 – Obras e Instalações.....	R\$	7.000,00
---	-----	----------

10.301.2225.2180.180 – Conservação e Manutenção das Unidades

de Estratégias de Saúde da Família

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	45.000,00
---	-----	-----------

33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo.....	R\$	20.000,00
---	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 702 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	4.000,00
--	-----	----------

10.304.2195.2183.183 – Manutenção das Ações da Vigilância

Sanitária

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	1.000,00
---	-----	----------

33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo.....	R\$	2.000,00
---	-----	----------

33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	800,00
--	-----	--------

44.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	1.000,00
--	-----	----------

10.305.2195.2184.184 – Manutenção das Ações da Vigilância

Epidemiológica e Ambiental – TFVS

33.90.14.00.00 – 701 – Diárias Civil.....	R\$	2.000,00
---	-----	----------

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	12.000,00
---	-----	-----------

33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo.....	R\$	30.000,00
---	-----	-----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	5.000,00
--	-----	----------

33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 701 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	46.000,00
--	-----	-----------

10.305.2195.2187.187 – Manutenção do Centro de Controle de

Zoonoses – CCZ

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	5.000,00
---	-----	----------

10.303.2205.2188.188 – Conservação e Manutenção da Farmácia

de Manipulação

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	7.000,00
---	-----	----------

33.90.30.00.00 – 702 – Material de Consumo.....	R\$	5.000,00
---	-----	----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	3.000,00
--	-----	----------

33.90.39.00.00 – 702 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	10.000,00
--	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 701 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	2.000,00
--	-----	----------

10.302.2235.2193.193 – Manutenção dos Serviços de Média e

Alta Complexidade

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	100.000,00
--	-----	------------

33.90.32.00.00 – 701 – Material de Distribuição Gratuita.....	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	95.000,00
--	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 701 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	25.000,00
--	-----	-----------

10.302.2235.2194.194 – Manutenção do Hospital Municipal de

Referência À Saúde da Família

33.90.30.00.00 – 702 – Material de Consumo.....	R\$	30.000,00
---	-----	-----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	10.000,00
--	-----	-----------

10.301.2225.2196.196 – Manutenção da Saúde Bucal

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	20.000,00
---	-----	-----------

33.90.30.00.00 – 702 – Material de Consumo.....	R\$	40.000,00
---	-----	-----------

33.90.39.00.00 – 702 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

44.90.52.00.00 – 701 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

10.301.2225.2197.197 – Manutenção do Programa de Agentes

Comunitários de Saúde – PACS

33.90.30.00.00 – 702 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

10.302.2235.2198.198 – Manutenção e Conservação do

Laboratório Central de Patologia Clínica

33.90.30.00.00 – 702 – Material de Consumo.....	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

10.302.2235.2200.200 – Manutenção e Ampliação dos Serviços

de Atenção Psicossocial/CAPS Drogas, Alcool Infantil e

44.90.52.00.00 – 701 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	10.000,00
--	-----	-----------

10.301.2215.2205.205 – Manutenção das Ações Administrativas

do Fundo Municipal de Saúde

33.90.14.00.00 – 201 – Diárias Civil.....	R\$	9.000,00
---	-----	----------

33.90.30.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	4.000,00
--	-----	----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	3.000,00
--	-----	----------

10.122.2215.2212.212 – Manutenção das Ações de Controle

Social no SUS e Ouvidoria

33.90.36.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	2.000,00
--	-----	----------

10.302.2235.2249.249 – Convênio Com a Santa Casa de

Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis

33.70.41.00.00 – 201 – Contribuições.....	R\$	61.000,00
---	-----	-----------

10.302.2235.2419.419 – Manutenção e Conservação do Centro de

Atendimento Integral à Saúde da Mulher – CAISM

33.90.30.00.00 – 701 – Material de Consumo.....	R\$	14.000,00
---	-----	-----------

33.90.36.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	2.000,00
--	-----	----------

44.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	45.000,00
--	-----	-----------

10.302.2235.2421.421 – Manutenção e Conservação do Centro de

Especialidades de Apoio e Diagnóstico Albert Sabin – Ceadas

33.90.30.00.00 – 201 – Material de Consumo.....	R\$	4.000,00
---	-----	----------

33.90.39.00.00 – 201 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

33.90.39.00.00 – 701 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	4.000,00
--	-----	----------

44.90.52.00.00 – 201 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$	10.000,00
--	-----	-----------

16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

04.122.2280.2109.109 – Atividades Para Decoração Natalina

33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	1.000,00
--	-----	----------

17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

15.451.2300.1100.100 – Pavimentação de Vias Urbanas

44.90.51.00.00 – 301 – Obras e Instalações.....	R\$	93.112,25
---	-----	-----------

TOTAL.....	R\$	1.324.389,64
-------------------	------------	---------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**

Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação

e 57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.085, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...**DECRETA:****Art. 1º** As contratações de serviços e a aquisição de bens, materiais ou produtos quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Municipal, obedecerão ao disposto neste Decreto.**Parágrafo único** Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:**I** – Sistema de Registro de Preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;**II** – Ata de Registro de Preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços; fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;**III** – órgão gerenciador – órgão, departamento ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;**IV** – órgão participante – órgão, secretaria ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.**Art. 2º** Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:**I** – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**II** – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

Parágrafo único Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de Pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I – convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, as Secretarias, órgãos ou entidades a participarem do registro de preços;

II – consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III – promover todos os atos necessários à instrução processual para realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV – realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados, com assistência das Secretarias, órgãos e entidades participantes do registro de preços;

V – confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, especificações e projeto básico;

VI – realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII – gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX – realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com as secretarias ou órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 3º A Secretaria ou órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico e estimativa de valores, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I – garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II – manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III – tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo depois de concluído o procedimento licitatório;

§ 4º Cabe a secretaria ou órgão participante indicar o fiscalizador do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/1993, compete:

I – promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II – assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III – zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV – informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

§ 1º Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

§ 2º É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei n.º 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º Em se tratando de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º No caso mencionado no parágrafo anterior, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III – as secretarias ou órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do

certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º As secretarias, órgãos ou entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - o preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas;

IV - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - o prazo de validade do registro de preço;

VII - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VIII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

Art. 10 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 11 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 12 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 13 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 14 Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação
e 57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
(Prefeito Municipal)

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 6.087, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, até o valor de R\$ 81.360,90 (Oitenta e um mil trezentos e sessenta reais e noventa centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei N.º 6.433 de 29/07/2010...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no exercício financeiro vigente **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 81.360,90 (Oitenta e um mil trezentos e sessenta reais e noventa centavos) para reforços das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

03 – Secretaria Municipal de Finanças

04.123.2030.2029.029 – Indenizações e Restituições

33.90.93.00.00 – 1 – Indenizações e Restituições..... R\$ 61.360,90

19 – Secretaria Municipal Meio-Ambiente

18.542.2375.1491.491 – Implantação Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 20.000,00

TOTAL..... R\$ 81.360,90

Art. 2º Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

11.334.2120.1539.539 – Incentivo ao APL – Arranjos Produtivos

da Confeção de Vestuário de Rondonópolis - MT

44.90.52.00.00 – 301 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$ 34.548,00

17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

25.752.2310.1181.181 – Implantação de Rede de Iluminação Pública

33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 20.000,00

19 – Secretaria Municipal Meio Ambiente

04.122.2375.2157.157 – Manutenção da Secretaria

33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo..... R\$ 26.812,90

TOTAL..... R\$ 81.360,90

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 21 de Dezembro de 2010; 94º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
(Prefeito Municipal)

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

PORTARIA Nº 817 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

RETIFICA A PORTARIA Nº 74, DE 23/11/2004 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE A SRA. FRANCISCA GONÇALVES DE LIMA.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 76 da Lei 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005, e...

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal nº 5.646, de 04/11/2009, que estabelece a atualização do enquadramento funcional do Servidor Sr. **PAULO FERREIRA DA SILVA**, quando em atividade, matrícula nº 25704, de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000 e atualizações;

CONSIDERANDO a Portaria do Impro de nº 726, de 24/09/2010, que trata da regulamentação da regularização dos processos de aposentadoria e pensões mantidos pelo Impro e Pela Prefeitura de Rondonópolis e que sofreram modificações de classificação funcional a tempo de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000.

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

RESOLVE:

Artigo 1º - alterar o artigo 1º da Portaria nº 74, de 23/11/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Conceder PENSÃO POR MORTE COM PROVENTOS INTEGRAIS, em forma definitiva e com efeitos retroativos a 24/08/2002, face ao falecimento do Servidor Público Municipal **PAULO FERREIRA DA SILVA**, portador do RG nº 410.812 SSP/MT, CPF/MF nº 181.288.401-00, Certidão de Óbito nº 1014 às fls. 012 vº do Livro nº C-0035, lavrada no dia 27/08/2002 no Segundo Tabelionato de Notas e Privativo do Registro Civil de Rondonópolis - MT, nomeado via concurso público, Portaria de nº 3.234, de 17/08/1995, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matrícula de nº 25704-1, na função de Agente de Vigilância, Classe "A", Nível "II-E", Referência "D", via do Processo de nº 005/2002, na qualidade de cônjuge a Sra. **FRANCISCA GONÇALVES DE LIMA**, portadora do RG nº 254.086 SSP/MT, CPF/MF nº 240.808.101-72 na proporção de 100% (cem por cento) do provento de pensão por morte, com amparo no artigo 40, § 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15.12.1998, artigos 23, 24, 25, 26, 27, II, 31, 32 e 33, todos da Lei Municipal nº 3.185/99;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 24/08/2002, ratificando os demais termos da Portaria nº 94, de 23/11/2004, que não foram alterados por este instrumento;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis - MT, 16 de dezembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Registrada neste Instituto e publicada por
afixação no lugar público de costume e no
Diário Oficial do Município, na data supra

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

PORTARIA Nº 818 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

RETIFICA A PORTARIA Nº 102, DE 22/12/2004 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE A SRA. IRACI ALMEIDA LINS.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 76 da Lei 4.614 de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005, e...

CONSIDERANDO a disposição legal do artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988; artigo 47, inciso III da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto do Executivo Municipal nº 5.646, de 04/11/2009, que estabelece a atualização do enquadramento funcional do Servidor Sr. **RAIMUNDO CARMO LINS**, quando em atividade, matrícula nº 151092, de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000 e atualizações;

CONSIDERANDO a Portaria do Impro de nº 726, de 24/09/2010, que trata da regulamentação da regularização dos processos de aposentadoria e pensões mantidos pelo Impro e Pela Prefeitura de Rondonópolis e que sofreram modificações de classificação funcional a tempo de acordo com a Lei Municipal nº 3.247/2000.

CONSIDERANDO o Decreto de nº 5.013, de 12/05/2008 alterado pelo Decreto nº 5.030, de 20/05/2008, que regulamenta a transferência dos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Rondonópolis e mantém o seu custeio de acordo com artigo 101 da Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005;

RESOLVE:

Artigo 1º - alterar o artigo 1º da Portaria nº 102, de 22/12/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Conceder PENSÃO POR MORTE COM PROVENTOS INTEGRAIS, em forma definitiva, retroativa a 05/10/2004, em face dos direitos adquiridos na qualidade de cônjuge a Sra. **IRACI ALMEIDA LINS**, portadora do RG nº 657.727 SSP/MT e CPF/MF nº 458.210.201-82, de forma vitalícia, na proporção de 100% (cem por cento) do provento de Pensão por Morte, em face do falecimento do Ex Servidor Público Municipal, o **De Cujus RAIMUNDO CARMO LINS**, portador do RG nº 598987 SSP/MT e CPF/MF nº 654.844.608-91, Certidão de Óbito nº 2458 às fls. 134-verso do Livro nº C-0038, lavrada no dia 07/10/2004 no Segundo Tabelionato de Notas e Privativo do Registro Civil de Rondonópolis - MT, nomeado via concurso público, Portaria de nº 2.658, de 15/06/1994, que era lotado na Secretaria Municipal de Administração, matrícula de nº 151092, na função de Agente de Vigilância, Nível "II"; Referência "E"; Classe "A"; via do Processo de nº 058/2004, com amparo no artigo 40, §§ 3º e 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, editada no DOU de 19.12.2003 e artigos 5º, 18, § único, 23, 24, 25 e 27, § 1º, inciso II, 28, 29 e 31, todos da Lei nº 3.185/99;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 05/10/2004, ratificando os demais termos da Portaria nº 102, de 22/12/2004, que não foram alterados por este instrumento;

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis - MT, 17 de dezembro de 2010.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva
Gerente de Benefícios Previdenciários

Registrada neste Instituto e publicada por
afixação no lugar público de costume e no
Diário Oficial do Município, na data supra

Lindinalva Alves da Silva
Gerente de Administração e Finanças

Resolução

C.M.A.S.

Conselho Municipal de Assistência Social



Rua Arnaldo Esteves, 613
Centro
Fone/Fax: 3411-6288/6299
CEP: 78.700-150
Rondonópolis - MT
cmasocial@socialro.bris.com.br

RESOLUÇÃO CMAS Nº 009 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

O CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social em reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2010, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social e Considerando a Lei Vigente nº 12.101 de 27 de novembro de 2009;

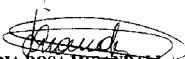
Resolve:

Artigo 1º - Cancelar a inscrição da Instituição FUNDAÇÃO MARIA MENINA a partir de 01 de janeiro de 2011.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis, 21 de dezembro de 2010


ABADIA ROSA MIRANDELL
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 026 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a renovação anual da autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros denominado mototáxi, referente ao ano de 2011 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO - SETRAT, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Estadual Nº 8.850, de 04 de abril de 2008 e no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º do Decreto n.º 5.115 de 24 de julho de 2008.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar o início, do recebimento da solicitação de renovação (recadastramento) da autorização do transporte individual de passageiros denominado mototáxi, para o dia 05/01/2011, sendo o dia 15/03/2011, a data limite para protocolizar o requerimento junto a SETRAT, mediante o pagamento da taxa respectiva que será de 10(dez) UFRs, previsto no Inciso I do artigo 3º do decreto nº 5115/2008.

Art. 2º - Todos os mototaxistas com base no Artigo 3º Decreto n.º 5.115 de 24 de julho de 2008, para requerer a renovação da autorização deverão juntar ao requerimento os seguintes documentos:

- I. Apresentar a Carteira original de mototaxi referente ano de 2010.
- II. Apresentar o original o anterior de ALVARÁ/2010;
- III. Cópia do CNH e CRLV atualizado (se for o caso);
- IV. Certidão Negativa Criminal do Cartório Distribuidor do Município de Rondonópolis-MT, (com no máximo 30 dias de expedição);
- V. Certidão Negativa do condutor/DETRAN (com no máximo 30 dias de expedição);
- VI. Vistoria do veicular;
- VII. Vistoria do capacete;
- VIII. 01 fotografia ¾ atual; para carteira de identificação de 2011.
- IX. Cópia do comprovante endereço atualizado (caso tenha mudado de residência);
- X. Trazer um escopo do CINIS- Cadastro Nacional de Informações Sociais, Remuneração do Trabalhador (DATA PREV), emitido pelo INSS, comprovando o cumprimento das exigências Previdenciárias nos 12(doze) últimos meses.

Parágrafo Único - O pedido de renovação da autorização, que não for instruído de todos os documentos será indeferido de plano;

Art. 3º - O mototaxista que pleitear a renovação dentre os requisitos, deverá;

§ 1º-Comprovar o cumprimento das exigências previdenciárias, prevista no Artigo 2º, inciso VI do Decreto Municipal nº 5.115/2008 e inciso X do Artigo 2º desta Resolução.

§2º - Apresentar veículo motocicleta à vistoria com no máximo 05 anos de fabricação, em conformidade com o Decreto 5115/2008.

§ 3º - O veículo motocicleta com o ano de fabricação 2005 / modelo 2005, terá que ser substituído, obrigatoriamente, por veículos mais novos até o recadastramento de 2011.

§4º- O veículo motocicleta, com ano/fabricação 2006 e ano/modelo 2006 e ano/ modelo 2007, terá que ser substituído até o recadastramento de 2012.

Art.4º- O capacete apresentado à vistoria deverá estar em condições de higiene e segurança, devidamente numerados conforme o número da vaga.

Art. 5º - Os mototaxistas receberão o colete 2011, feito o recadastramento com recolhimento do ISSQN e Alvará 2011 e quitação do mesmo.

Art.5º- O mototaxista, que não apresentar a carteirinha identificação de 2010, e ainda que estiver com processo de substituição de motocicleta para na SETRAT, referente o ano de 2010, para protocolizar o requerimento de recadastramento referente 2011, só quando resolver as pendências;

Parágrafo único- vistoria veicular e protocolizar requerimento, só mediante prévia autorização do Gerente de Núcleo Vistoria e Inspeções do Transporte Urbano e Gerente de Núcleo de protocolo e Gerente Departamento de Transporte Urbano.

Art.6º- Findo o prazo de 15/03/2010, o mototaxista terá até 15/04/2010 para requerer a renovação da autorização, mediante o prévio recolhimento da multa respectiva de 50(cinquenta) UFRs, previsto no Inciso II do decreto nº 5115/2008.

§1º- A partir do dia 15/04/2010, nenhum requerimento de renovação de autorização protocolado será deferido, sendo que as vagas remanescentes deixarão de existir e caducarão conforme Artigo 3º do Decreto Municipal nº 5.115/2008.

I- Dar-se a cassação do termo de autorização, ao mototaxista autônomo, que deixar de efetuar o recadastramento, no prazo determinado pelo Órgão Municipal de Transporte e Trânsito, prevista nesta Resolução, conforme determina o Artigo 30, §5º, alínea 6 do Decreto Municipal nº 5.115/2008.

Art. 5º - Os mototaxistas que atenderem os requisitos e serem autorizados receberão carteira de identificação.

Art. 6º - Fixa em (797) Setecentos e noventa e sete vagas para a exploração do serviço de moto taxi, conforme artigo n.º 6 da Lei 8.850 de 04 de abril de 2008.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis (MT), 21 de Dezembro de 2010.
Registrada nesta Secretaria e publicada
Por afixação, no lugar público de costume.
Na data supra.


Rodrigo Lapi
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito


Valdelice de Oliveira
Gerente de Departamento de Transporte Urbano

RESOLUÇÃO Nº 025- DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a renovação anual da autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros denominado serviço de táxis, referente ao ano de 2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO - SETRAT, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º, da Lei Municipal nº 655/79 de 16 de Outubro de 1979 (alterada pela Lei Municipal nº 5070/2007) e Artigo 7º do Decreto 2773 de 20 de setembro de 1.995 e especialmente pelo § 3º do Artigo 148 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º - Fixar o início do recebimento do requerimento de renovação da autorização / **alvará 2011**, do transporte individual de passageiros denominado táxi para o dia **05 de Janeiro de 2011**, sendo o dia **15 de Março de 2011** a data limite para a apresentação do requerimento, **mediante o pagamento da taxa respectiva, que será de 05(cinco) UFRs, prevista nesta Resolução.**

Parágrafo Único: Fica determinado este primeiro período somente aos permissionários e fixa o período de **03 de Maio a 04 de junho de 2011**, para os motoristas auxiliares.

Art. 2º - Todos os permissionários ou autorizatários e motoristas auxiliares, para requerer a renovação da autorização deverão apresentar e juntar ao requerimento os seguintes documentos:

- I. **Apresentar a carteirinha original expedida pela SETRAT**, no âmbito do seu aspecto físico (nome do permissionário, do veículo e segurador);
- II. Cópia da CNH e Apto para exercer atividade remunerada, em conformidade com a legislação federal;
- III. Trazer a certidão do condutor expedida no máximo 30 dias junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.
- IV. Trazer cópia do comprovante de endereço atualizado (caso tenha mudado de residência).
- V. Trazer Certidão Negativa Criminal do Cartório Distribuidor do Município de Rondonópolis-MT, (com no máximo 30 (trinta) dias de expedição), **aos permissionários / condutores e condutores auxiliares, que teve a sua certidão expedida dentro prazo de 03(três) anos;**

VI. Declaração da entidade representativa da classe, comprovando a regularidade junto a categoria e atestado de quitação da taxa Federativa devidamente assinada pelo Presidente;

VII. Cópia do CRLV- Certificado de Licenciamento e propriedade do veículo ou quando locado, cópia autenticada do contrato de locação atualizado (se for caso);

VIII. O requerimento deverá constar assinatura do permissionário e motorista auxiliar, mediante reconhecimento de firma em cartório, e fica vedada assinatura por parte dos representantes das entidades.

IX. 01 (uma) fotografia ¾ atual para o condutor e motoristas auxiliares, para carteirinha de identificação;

X. Vistoria do Veículo; quanto à higiene e segurança

XI. Cópia do certificado de conclusão do curso (se for o caso);

XII. **Trazer um escopo do CINIS- Cadastro Nacional de Informações Sociais, Remuneração do Trabalhador (DATA PREV), emitido pelo INSS, comprovando o cumprimento das exigências Previdenciárias nos 12(dozes) últimos meses.**

§ 1º - O pedido de renovação da autorização que não for instruído de todos os documentos será indeferido de plano.

§ 2º - Só serão vistoriados os veículos devidamente adesivados de acordo com artigo 11, do Decreto 2773/95, no padrão fornecido pela SETRAT.

§ 3º - Os veículos deverão obrigatoriamente **ter afixado no painel do lado do passageiro em local visível, tabela tarifária adesiva em 15x04, com o número de informações – RECLAMAÇÕES / SETRAT - 3411-5300 e 08006474030.**

§4º- O permissionário que não exerça atividade como condutor, e vedado a sua própria condução do veículo Táxi, previsto no artigo 4º, § 3º da Lei 655/79 (parágrafo acrescentado pela Lei 5070/97), devidamente cadastrado na SETRAT, deverão apresentar as **exigências dos incisos IV, VI,VII,VIII, X, e XII do Artigo 2º desta Resolução.**

§5º-O permissionário tem 15(quinze) dias, para excluído motorista auxiliar, antes do início do recadastramento, o mesmo, terão prazo de 45(quarenta e cinco) dias para postular a sua reintegração ao sistema, desde que tenha vaga disponível, ficando dispensado do disposto do artigo 4º da lei 655/79, e cumprir somente a documentação necessária para fins de recadastramento, disposto do artigo 2º desta resolução.

a- O motorista auxiliar, que não for excluído, no prazo prescrito no artigo 2º, parágrafo 5º, desta resolução, tem que protocolizar o requerimento para recadastramento de 2011, no mesmo taxi, a qual exerce atividade como condutor auxiliar.

§6º - Os **motoristas auxiliares** deverão atender todos os requisitos acima descritos, exceto **ALVARÁ e CRLV.**

§7º - O permissionário e motorista auxiliar, que exerce atividade a mais de 01(um) ano ininterrupta, terão que apresentar recolhimento dos 12(doze) últimos meses junto à previdência.

Artigo 3º - O permissionário e motorista auxiliar, que não portar a carteirinha de identificação unificada, para protocolizar o requerimento de recadastramento referente 2011.

Parágrafo único- vistoria veicular, protocolizar requerimento, só mediante prévia autorização do Gerente de Núcleo Vistoria e Inspeções do Transporte Urbano e Gerente de Núcleo de protocolo e Apreensões de Animais e Gerente Departamento de Transporte Urbano.

Artigo 4º- O permissionário, **deverá comunicar o desligamento do motorista auxiliar que não fizeram recadastramento de 2011, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito horas), para que se proceda a sua exclusão;**

Parágrafo único – O motorista auxiliar excluído, **poderá postular sua reintegração ao sistema, após 60(sessenta) dias do termino do recadastramento referente ano de 2011, desde que cumpra com todos os requisitos disposto no artigo 4º e 11º da lei 655/79**

Art. 5º - Os taxistas que pleitearem a renovação dentre os requisitos deverão apresentar veículos à vistoria **com no máximo 06 (seis) anos de fabricação salvo os que estejam em bom estado de conservação.**

§ 1º O limite máximo é 10(dez) anos.

§2º **Veículos com vida útil vencida, tem apresentar laudo de vistoria veicular expedida pelo Agente de Fiscalização de Transporte Urbano e vistoria de inspeções mecânica expedida por funcionário da SETRAT.**

Art. 6º - Findo o prazo de **15 de Março de 2011 para os permissionários e 04 de Junho para os motoristas auxiliares**, o primeiro terá

até **15 de Abril de 2011 e para o último 05 de Julho de 2011** para requererem a renovação da autorização mediante o **prévio recolhimento da multa prevista de 50 (cinquenta) UFRs, conforme § 2º do artigo 7º do Decreto nº 2773/95.**

Art. 7º - Os permissionários que atenderem aos requisitos necessários, serão autorizados e os motoristas auxiliares receberão carteira de identificação **(se for caso).**

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rondonópolis (MT), 21 de Dezembro de 2010.

Registrada nesta Secretaria e publicada
Por afixação, no lugar público de costume.
Na data supra.

Rodrigo Lugli
Secretario Municipal de Transporte e Trânsito

Valdelice de Oliveira
Gerente do Departamento de Transporte Urbano

Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 106/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso V, e art. 26, Parágrafo único, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n.º 8.666, de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 106/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 800/2010**, emitido pelo **Dr. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **Dr. LUIS HENRIQUE NUCCI VACARO** Procurador do Município, a favor da empresa: **BIOMEDIC - EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS MEDICO HOSPITALARES LTDA**, situada na Rua Paraguaçu nº. 298, Bairro: Pico do Amor - Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.536.135/0005-62.

OBJETO: Aquisição de equipamentos medico hospitalares - "monitores multiparâmetros", destinados à implantação do Centro cirúrgico no Hospital Municipal e Pronto Atendimento. Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no **Jornal "A GAZETA"** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 20 dezembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2010

Objeto: aquisição de material de construção para unidades habitacionais no Jardim Lúcia Maggi e Residencial Padre Miguel - Secretaria de Infra-Estrutura e Urbanismo do Município de Rondonópolis-MT., conforme especificações contidas no edital.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do artigo 19, do Decreto n.º 4.292, de 19 de junho de 2006 e, subsidiariamente, o Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que o **Pregão em epígrafe foi Revogado**, por motivos supervenientes que alcançam o interesse público.

Publique-se, no átrio desta Prefeitura, e no Diário Oficial do Município, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT., 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

DE ACORDO:

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município.

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 107/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso IV, e art. 26, Parágrafo único, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n.º 8.666, de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 107/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 813/2010**, emitido pelo **Dr. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **Dr. ROGÉRIO LUZ BORGES LEAL** Procurador do Município, a favor da empresa: **DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, situada na Rua Vasco da Gama, n.º 33, Centro - Barão de Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 02.520.829/0001-40.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Municipal e Pronto Atendimento. Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 48.622,00 (quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON** e no **Jornal "A GAZETA"** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 22 dezembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

"AVISO DE REVOGAÇÃO".

"TOMADA DE PREÇO N.º 14/2010"

OBJETO: "REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA AV. DUQUE DE CAXIAS N.º 526, BAIRRO VILA AURORA, MUNICIPIO DE RONDONÓPOLIS"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que a **TOMADA DE PREÇO EM EPÍGRAFE FOI REVOGADA**, por motivo de não haver interessado em participar do certame.

Publique-se, no átrio desta Prefeitura no Diário Oficial do Município, para ciência dos interessados observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 20 de dezembro de 2010.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

DE ACORDO:

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município.



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RONDONÓPOLIS

Notificação

Ao
Senhor
PAULO ALVES

O Banco da Gente, com sede na Avenida Marechal Rondon número 170, Centro nesta cidade e comarca de Rondonópolis Estado de Mato Grosso, vem por meio desta notificar a Senhora **PAULO ALVES**, Inscrição no CPF 030.111.851-58, com contrato referente ao imóvel da **Quadra 11, Lote 19**, no Residencial Sítio Farias para comparecer ao Banco da Gente.

A referida citada acima deverá comparecer no prazo de 10 dias, para tratar de assuntos de seu interesse na sede do Banco da Gente.

Aguardamos suas providências.

Rondonópolis-Mt, 07 de dezembro de 2010.

Jose Severino da Silva Neto
Superintendente do Banco da Gente



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RONDONÓPOLIS

Notificação

A
Senhor^a
LACY ROCHA DE OLIVEIRA SILVA

O Banco da Gente, com sede na Avenida Marechal Rondon número 170, Centro nesta cidade e comarca de Rondonópolis Estado de Mato Grosso, vem por meio desta notificar a Senhora **LACY ROCHA DE OLIVEIRA SILVA**, Inscrição no CPF 032.646.851-08, com contrato referente ao imóvel da **Quadra 24, Lote 14**, no Residencial Sítio Farias para comparecer ao Banco da Gente.

A referida citada acima deverá comparecer no prazo de 10 dias, para tratar de assuntos de seu interesse na sede do Banco da Gente.

Aguardamos suas providências.

Rondonópolis-Mt, 07 de dezembro de 2010.

Jose Severino da Silva Neto
Superintendente do Banco da Gente

Terceiros



JOELSON MARTINS
Presidente

COMUNICADO - 002/2010

Rondonópolis-MT, 22 de Dezembro de 2010.

PARA: Associados Efetivos e/ou moradores dos Bairros Jardim Itapua e Residencial Lageadinho, em fim toda população Rondonopolitana.

COMUNICADO IMPORTANTE

A Associação Nova Vida dos Moradores do Jardim Itapua e Lageadinho, inscrita no CNPJ 01.973.973/0001-70, situada na Rua Otávio Pitaluga nº607 no Jardim Itapua, devidamente representado pela Diretoria Executiva na pessoa de seu Presidente JOELSON MARTINS, vem respeitosamente APRESENTAR aos Associados Efetivos e/ou moradores dos Bairros Jardim Itapua e Residencial Lageadinho, primeiramente a PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO 2010, e consequente o ANÚNCIO DA MINHA RENÚNCIA, QUE OCORRERÁ DEVIDO TER SIDO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL ONDE TEREI QUE ME MUDAR PARA OUTRO MUNICÍPIO, FICANDO ASSIM IMPOSSÍVEL E INVÍVEL A MINHA CONTINUAÇÃO NO CARGO. Fica aqui o meu último recado, se ajudai fico muito feliz, agora se não servi pra nada, pelo menos fiz minha parte e assim, tenho certeza, que deixarei minha marca na história dessas comunidades, eu acredito que fiz minha parte, acredite você também pode fazer a sua.

Neste período em que estive a frente desta entidade conquistamos varias melhorias tais como:

- *Linha de ônibus e Cascalhamento para o Residencial Lageadinho;
- *Na iluminação (foram mais de 12 braços de lâmpada) e mais de 30 intervenções para manutenção dos postes, trazendo mais segurança a toda população;
- *Foram distribuição de mais de 20 Cestas Básicas para os necessitados, com ajuda dos associados no Projeto Natal é todo dia;
- *Reforma da Associação com pintura e nova fachada;
- *Implantação do Campo de Areia para crianças;
- *Realização do Curso Inext preparação para o primeiro emprego no Projeto Encaminhando para o Futuro para jovens e adolescentes;
- *Limpeza dos terrenos baldios e as ruas;
- *Lutei pelo inicio da execução da reforma e ampliação do Posto de Saúde do Jd. Itapua;
- *Lutei para execução da obra da pavimentação asfáltica das ruas: Edgar Ferreira da Silva e trechos das ruas: Bahia, Minas Gerais, Rondonópolis, Otávio Pitaluga, Albergaria e Pedro Antunes;
- *Intermediei a cessão da área do corpo de bombeiro para SEMMA execução de um Ecoponto; porém como ainda não foi executada abrimos o diálogo para outros projetos, a exemplo da academia de múltiplo uso, questão esta que estaremos juntamente com João e a Sandra da Comissão de Eventos, pois através do vereador Chico da Lima Tur que tem a sua disposição recursos para este tipo de projeto.
- *Fui um dos idealizadores do Parque do Lageadinho e no intuito de ter-mos em nossa região uma área de lazer, entretenimento, diversão integrado ao meio ambiente, fizemos uma gestão junto a Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) e a Prefeitura municipal para desenvolvimento do Projeto que aqui esta, e busquei apoio de Parlamentares para destinar recurso para sua implantação onde se dispuseram o DEPUTADO FEDERAL CARLOS BEZERRA, E O SENADOR BLAÍRO MAGGI

Contato: Joelson Martins Presidente da Associação Nova Vida
Telefones: (066)9224-3888/9998-1581
E-mail: jhoetecsa@hotmail.com

através de uma articulação com DEPUTADA ESTADUAL TETÉ BEZERRA para já no começo de seus mandatos destinarem recursos para execução deste magnífico projeto ambiental.

* Realizamos vários Eventos Culturais (foram distribuídos mais de 300 coelhos de chocolate no dia da Páscoa no 1. Chocolate Cultural para crianças de até 12 anos de idade; mais de 200 lembrancinhas para as mulheres no dia Internacional das mulheres e das mães; E no 1. Dia das Crianças Nova Feliz, foi oportunizado mais de 6 horas de diversão para criança com pular, distribuição de mais de 300 algodão doce totalmente gratuito e o Primeiro Cinema no meu Bairro com apresentação no Telão de Alvin os Esquilos 2)

* E por fim, no Grandioso Bingo dos Sócios com galinhada premiada, houve um grande momento de lazer e entretenimento onde todos saíram ganhando, principalmente os associados que se divertiram muito e além de tudo ganharam prêmios.

E é com profundo pesar, que comunico a minha RENÚNCIA à PRESIDÊNCIA desta entidade, pois devido a motivos de foro íntimo e profissional não poderei mais me dedicar conforme gostaria, e no intuito de vê-los bem representados nas necessidades e demandas destas comunidades o VICE-PRESIDENTE Sr. Everaldo Dutra, que assumirá minhas funções a qual desempenhei com FORÇA e CORAGEM, rompendo paradigmas, buscando melhorias que são notórias e evidentes por onde se passa nestas comunidades, porém é certo que nem tudo foi possível ser realizado, mais creio que ao assumir em meu lugar este trabalho terá continuidade.

O reconhecimento na maioria das vezes vem de onde você menos espera, eu sempre tive isto comigo, e isto também é Bíblico, pois a bíblia diz: *'faz com esquerda de forma que a direita não saiba'*. Fiquei surpreso quando fui convidado para receber da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Moção de Congratulações através da Deputada Vilma Moreira que é de Rondonópolis, que já foi assim como um Presidente de bairro, porém não tínhamos nenhum contato mais próximo, mas mesmo assim, soube do que estávamos fazendo aqui nestas comunidades, dos projetos que realizávamos, das conquistas sociais que alcançamos e dos eventos que realizamos e assim demonstrei reconhecimento ao nosso esforço, ao nosso trabalho. E quando digo nosso é nosso mesmo, embora eu represente esta entidade, tive sempre do meu lado pessoas empenhadas em contribuir com a melhoria destas comunidades, eu vou citar os poucos, mas valiosos nomes: Iolanda Fiscal Comunitária, minha esposa e fiel escudeira, que esteve sempre e o tempo todo ao meu lado, não só maritalmente mais como parceira nas atribuições desta entidade, Ronivaldo primeiro secretário ajudante firme de primeiro momento, Fátima da comissão de saúde, que em família esteve sempre colaborando com tudo, Sandra Aparecida da comissão de eventos que firmemente nos apoiou.

Embora sendo inevitável minha RENÚNCIA à PRESIDÊNCIA, podem ficar certo que sempre estarei à disposição destas comunidades e na medida do possível auxiliarei em suas atividades. Fica aqui o meu agradecimento a cada ASSOCIADO (A), pelo apoio, confiança e parceria neste tempo que passei a frente desta entidade, a qual a dirigimos com lema: *"A UNIÃO FAZ A DIFERENÇA"*. Aqui encerro e quero aproveitar esta oportunidade e este momento singular que se aproxima, relembremos o nascimento de CRISTO, ONDE A ESPERANÇA, O AMOR, A PAZ E A FÉ, POSSAM NASCER EM CADA CORAÇÃO, NESTE NOVO ANO QUE SE APROXIMA, E O QUE DESEJA A MINHA FAMÍLIA PARA SUA FAMÍLIA.

Atenciosamente,

JOELSON G. MARTINS
Presidente da Associação

Contato: Joelson Martins Presidente da Associação Nova Vida
Telefones: (066)9224-3888/9998-1581
E-mail: jhoetecsa@hotmail.com